ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Expansionismo cultural e multilocalidade na Alta Amazônia: paisagens híbridas, cidades nômades

Autores:
Gisela de Andrade Brugnara - Universidade Federal do Acre - gibrugnara@yahoo.com.br

Resumo:

A multilocalidade caracteriza-se por uma rede estabelecida por certos grupos populacionais entre cidade e floresta. É um padrão observado de comportamento social que institui um padrão de ocupação na Alta Amazônia contemporânea, dilata as territorialidades antes circunscritas aos lugares isoladamente e cria a figura de cidades nômades, permitindo a troca e a reinvenção de modos de viver. Nesse padrão movediço, as pausas características formam uma rede de multilugares: as conexões da multilocalidade. Estas, especialmente quando nas franjas das cidades, favorecem a definição de territórios interculturais como extensões não contínuas de territorialidades imbricadas, desenhando uma paisagem híbrida, diversa e animada e introduzindo manchas de diferenciação na paisagem homogênea que tenta se fixar. São lugares balizadores da paisagem: lugares de resistência e expansão cultural onde evidencia-se uma contra-racionalidade; onde a ciência da floresta está presente e colabora na investigação de novas respostas formais da cidade ao novo padrão de multilocalidade.

EXPANSIONISMO CULTURAL E MULTILOCALIDADE NA ALTA AMAZÔNIA:

Paisagens híbridas, cidades nômades

INTRODUÇÃO

A dicotomia urbano/rural é na Amazônia um imbróglio mal resolvido, mais ainda, aparentemente sem solução nos termos clássicos do planejamento que cortam à faca afiada o território. A situação contemporânea sugere distinguir outra forma de pensar o que é urbano ou rural, a partir de um padrão que incorpora essas falsas dicotomias agora reunidas em uma outra condição[1].

A multilocalidade caracteriza-se por uma rede estabelecida por certos grupos populacionais entre cidade e floresta. É um padrão observado de comportamento social que institui um padrão de ocupação na região em questão: a Amazônia Sul-Ocidental brasileira, ou Alta Amazônia, particularmente alguns casos do Acre. Estando ora na cidade, ora na floresta, e sendo ambos espaços concretos de um cotidiano que se reveste de atividades e relações ora urbanas, ora rurais, a multilocalidade acaba por estabelecer circuitos que dilatam as territorialidades antes circunscritas aos lugares isoladamente, advindos de longos percursos permeados por pausas. Ela é criadora de "cidades nômades", como denomina Francesco Careri (2013: 40), um "espaço líquido" menos denso gerado pelo percurso, que permite e favorece a troca e a reinvenção de modos de viver[2].

Em tal contexto, as noções de população urbana e população rural perdem o sentido pois, nesse ir e vir, muitas famílias mantém moradias e atividades em ambos espaços correspondentes e em suas zonas de transição (Eloy, Le Tourneau e Théry, 2005: 27; Shwade, 2016: 113).[3]

---

[1] Esse processo, na região, tem sido estudado por alguns autores, como observa-se em: Castro, 2008; Eloy e Lasmar, 2011; Eloy, Le Tourneau e Théry, 2005; Nakano, 2008; Oliveira, 2016; Schwade, 2016; Chaves, 2014. Eloy e Lasmar (2011: 92) alertam para a questão de método implicada: "a compreensão dos processos de urbanização da Amazônia requer a análise criteriosa de processos socioespaciais locais".

[2] A multilocalidade é também característica da cosmovisão ameríndia e cabocla e seu mundo espiritual. Ela está presente em diversas narrativas de pessoas do Alto Santo, em Rio Branco, e seus tempos de floresta nos seringais dos rios Envira, Tejo, Mamoré, a exemplo do episódio narrado por Manoel do Guajará (Silva, 2015). Nesses casos, entretanto, há o acréscimo de um outro grau dado pela vida ritual, que seria um tipo de multilocalidade concomitante, ou ainda, como explica a etnóloga Tânia Stolze Lima, "a vida ritual [...] como que duplica sua localização no mundo" (cf. "Projeto AmaZone", *site* de autoria coletiva em formato *wiki* moderado por Eduardo Viveiros de Castro, do qual Lima é uma das editoras. Disponível em: http://amazone.wikia.com/wiki/O_solo_etnográfico_do_perspectivismo_(1) . Acesso em: março/2017.

[3] Há uma tendência em considerar que, não importa onde se esteja, todo mundo hoje vive no processo urbano, de uma forma ou de outra, como afirma Berta Becker em entrevista citada por Nakano (2008: 239): "a urbanização se mede não só pelo

Nesse padrão movediço, as pausas características formam uma rede de multilugares: são as conexões da multilocalidade. Estas, especialmente quando nas bordas das cidades, favorecem a definição de territórios interculturais como extensões não contínuas de territorialidades imbricadas, desenhando uma paisagem híbrida, diversa e animada.

São lugares balizadores da paisagem. Lugares de resistência e expansão cultural. Marcos. Bandeiras fincadas.

Assim, naquilo que se refere ao urbano, tais lugares inserem um contra-fluxo limitador, uma "contra-racionalidade" (Santos, 2006: 206-211), na aparente hegemonia do modo de produção da cultura ocidental: são lugares de cooperação, de territorialidade compartilhada, trabalho coletivo, não pautados pela economia de acumulação, com objetivos claros de bem estar social acima daqueles individuais. "A gente não quer enricar. A gente só quer valorizar nossos produtos e viver melhor", esclarecia Nílson Mendes (comunicação pessoal, 2003), liderança comunitária e extrativista do Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Chico Mendes, no Acre. Quando Darcy Ribeiro (1995: 331) dizia: "a grande novidade com respeito aos povos que sobreviveram aos séculos de extermínio, até agora, é que vão sobreviver no futuro", acrescenta-se agora que eles não apenas sobreviveram e estão recompondo suas populações como continuam interpondo, com seu jeito brando e silencioso, seu movimento de alargamento cultural.

Já naquilo que se refere à cidade, essa contra-racionalidade se materializa na paisagem configurada, moldada nesses lugares: são mistos de edificações com diversas funções, caminhos, áreas abertas, lagos, florestas, áreas de cultivo e criação; paisagens-sistema, que encerram um cotidiano próprio e muito particular – enclaves - mas que, ao mesmo tempo, mantém conexões dinâmicas com o restante da cidade, conexões urbanas: as pessoas têm empregos formais, estudam, fazem compras, participam de eventos, usam a infra-estrutura, se deslocam, vêm e vão, de dentro para fora e de fora para dentro.

Essas porções animadas e diferenciadas do território são, então, contra-racionalidades que definem paisagens híbridas, produzidas pelo hibridismo das relações multilocais. Elas inserem assim, aqui e acolá, pequenas manchas de diferenciação na paisagem homogênea que tenta se estabelecer para sempre seja na cidade, seja na conversão da floresta em campo bidimensional.

É a esses lugares que, em um cenário otimista, deve-se direcionar o olhar para extrair e construir soluções coerentes com a lógica e a dinâmica do padrão multilocal contemporâneo, numa perspectiva de respostas concretas à diversidade existente na região. Neles, cotidianamente, a força do lugar evidencia-se como uma "racionalidade paralela", em que "a ordem universal frequentemente apresentada como irresistível é, todavia, defrontada e afrontada, na prática, por uma ordem local, que é sede de um sentido e aponta um destino" (Santos, 2006: 15).

---

crescimento e multiplicação das cidades, mas também pela difusão dos valores urbanos pela população rural, por meio das redes de telecomunicações e da mobilidade de trabalho". Essa também é a posição de Maria Angela Faggin Pereira Leite (comunicação pessoal, 2016). Mas a recíproca também é verdadeira, particularmente nas pequenas cidades da Amazônia, e assim volta-se ao impasse classificatório, ao qual o padrão multilocal porta algumas respostas.

PROJETO E PLANEJAMENTO NAS CONDIÇÕES DE HIBRIDISMO

No caso de Rio Branco, as tensões entre a necessidade de preservação e o contexto de crescimento da cidade que hoje alcança áreas ainda preservadas abrigando comunidades tradicionais e remanescentes florestais – a exemplo da vila Irineu Serra, originada do Alto Santo, lugar de tradição comunitária, agroflorestal e ayahuasqueira - apontam para uma reflexão sobre essa relação cada vez mais próxima fisicamente entre a vila e a cidade e, mais amplamente – o que não cabe aqui desenvolver - para um questionamento e reflexão acerca do futuro das cidades da Amazônia, particularmente as pequenas e médias cidades: qual a noção contemporânea de desenvolvimento urbano para um contexto complexo de hibridismo cultural, onde ainda se fazem presentes, muito fortemente, práticas pré-capitalistas convivendo com as práticas contemporâneas do urbanismo corporativo?

Essa noção, dadas as condições e particularidades tão plurais da Amazônia – ou, das Amazônias, está para ser criada, concebida, não há modelo a seguir. Deve ser resultante daquilo que o lugar nos conta, nos mostra, nos alerta. E o lugar nos mostra que as pessoas têm algo a dizer.

A antropologia de caráter mais local e regional, que pesquisa e trabalha com povos e populações tradicionais do Acre e da Amazônia, rejeita a aposição da condição de vítimas sobre as populações tradicionais e enfatiza o seu protagonismo quanto tanto às ciências que dominam como ao projetar o seu destino: Almeida, M.W.B. (2012 e 2012a); Almeida, A.W.B. (2007); Aquino (2012); Aquino e Iglesias (2006 e 1994); Cunha e Almeida (2002); Iglesias (2010); Mindlin (2001); Pantoja (2004); além de inovadoras publicações de autoria própria diretamente das aldeias, como Ika Muru (2014); Kopenawa e Albert (2015) e os trabalhos de etnomapeamento das terras indígenas do Acre, conduzidos por seus próprios povos em parceria com instituições não governamentais, como se verifica em Gavazzi (2012a, 2012b e 2007) e Gavazzi e Ramalho (2012).

O etnomapeamento atual é um seguimento de iniciativas bem sucedidas das populações tradicionais do Acre. Na origem dessas experiências locais de planejamento e gestão está o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, de 1995, documento emblemático nesse sentido. Em suas três pequeninas folhas, determina tudo aquilo quanto decidido pelos seringueiros com relação ao uso dessa Resex de 1 milhão de hectares. Conciso, essencial, em linguagem direta, feito por quem o deveria usar. O seu artigo 4, por exemplo, estabelece o seguinte:

> Todos os moradores são responsáveis pela execução do Plano, como co-autores, co-responsáveis na gestão da reserva e únicos beneficiários da mesma. De forma mais direta as Associações de Seringueiros da Reserva Extrativista CHICO MENDES, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira e o Conselho Nacional dos Seringueiros, respondem pelo Plano (Brasil, 1995: 23).

Da mesma forma, o Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes, de 1997, situado em Xapuri, no Acre. Na apresentação da pequena publicação que contém o plano, a chefe da Divisão de Projetos Especiais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, finaliza: "Este plano de utilização lança o desafio de um novo modelo de gestão para o INCRA!" (Brasil, 1997).

Documentos como esses tornaram-se referência para os diversos órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente na formulação de políticas e determinações legais para a gestão das unidades de conservação: Ibama, CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade), a lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). No entanto, a habilidade simplificadora própria daquele que conhece o seu chão não conseguiu penetrar os gabinetes dos edifícios de Brasília. O resultado foi a burocratização do processo de tal forma que hoje, para seguir os protocolos exigidos pelo "roteiro metodológico" do Ibama os mesmos seringueiros não teriam mais autonomia em formular o seu plano.

No caso do plano diretor de Rio Branco, é sintomático dos tempos atuais de empreendedorismo urbano que não se consiga traduzir o método simples dos seringueiros para o planejamento do município, da cidade, das áreas urbanas. Indaga-se o porque do plano para a gestão da capital do estado não conseguir incorporar essa herança na sua metodologia de planejamento, quando toda a captação de recursos financeiros para o Acre desde o início dos anos 2000 tenha sido feita com base no discurso da sustentabilidade e conservação da floresta, ancorado no histórico de lutas de suas populações tradicionais.

Poder-se-ia argumentar que não há paralelos entre a diversidade social da cidade e aquela de uma área de reserva ou de uma terra indígena. Mas o método precede o consenso e, então, essa mesma diversidade urbana deveria traduzir-se em uma certa diversidade metodológica. Há bairros em Rio Branco com os quais seus moradores sentem uma profunda identificação, como o Quinze ou o 6 de Agosto, por exemplo. Há ainda a Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago do Amapá e seus aguerridos moradores. Há ainda a APA Raimundo Irineu Serra - APARIS, que circunscreve a vila Irineu Serra hoje dentro da área urbana.

Não que seja fácil e nem que não se tentasse promover a participação de alguma forma nas reuniões de revisão do plano diretor de Rio Branco ocorridas em 2015, mas as salas fechadas dos auditórios do distante centro da cidade certamente não favorecem o entra e sai característico das reuniões que ocorrem no próprio bairro, na própria vila, no próprio seringal.

O plano de gestão da APARIS, por exemplo, somente na sua Fase I (Rio Branco, 2013), foi elaborado por uma organização não governamental de atuação ambiental, com participação quase inexistente dos moradores. Sua equipe técnica incluiu muitos engenheiros florestais e biólogos mas nenhum antropólogo, arquiteto, geógrafo ou historiador. E, mais ainda, nenhum morador. Suas 202 páginas de dados e informações técnicas muito pouco promovem a compreensão e a identificação dos moradores para com o plano. É o genocídio cultural, a lobotomia a que se refere La Cecla:

> Quando a atividade de criação dos lugares não é permitida e seu traçado [vestígios, testemunhos] é destruído, quando os habitantes são assentados em espaços que não podem modelar, a mente local é lobotomizada. É um

> genocídio cultural [...], é o processo que excluiu do ambiente a sua definição pelas mãos de seus habitantes e atribuiu a sua gestão à técnicos e burocratas (La Cecla, 1995: 04, tradução da autora).

Embora, nessa passagem, o autor trate mais especificamente da espoliação de territórios, a referência pode facilmente ser estendida à compreensão de que, estar fora dos processos de projeto, planejamento e decisão para a gestão de seu território é o mesmo que não ter mais um lugar, corresponde ao enfraquecimento e à lenta diluição dos vínculos que estabeleceram uma territorialidade dos habitantes. O planejamento elaborado por "técnicos e burocratas" estende o domínio do território estatal sobre as territorialidades locais, estende um *layer*, uma camada unificadora e homogeneizadora sobre as territorialidades pré-existentes.

No caso da vila Irineu Serra, caberia mais falar em territorialidade que em território, para sair das amarras das delimitações fixas e promover um alcance mais abrangente dos significados "desse sentimento de exclusividade e limite" atribuídos ao lugar por seus habitantes. Santos e Silveira explicam:

> Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra 'territorialidade' como sinônimo de 'pertencer àquilo que nos pertence...' esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, a idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (Santos e Silveira, 2013: 19).

É essa preocupação com o destino que se identifica na base das iniciativas contemporâneas de Etnomapeamento das Terras Indígenas como instrumento de gestão territorial e ambiental. E essa fácil identificação vem nada menos do fato de o etnomapeamento ser totalmente construído pelos habitantes de cada terra. Sim, com apoio de pessoal técnico, com recursos financeiros captados. Mas o conhecimento operado e posto a serviço vem dos habitantes do lugar.

É como o xamã de Roland Barthes (1968) que faz a mediação entre os múltiplos conhecimentos e as múltiplas origens: o verdadeiro lugar do plano é a sua ativação no cotidiano das pessoas. O autor já morreu.

A base da estratégia projetual em situações de complexidade, para alcançar a legitimidade nas decisões, deve ser aquela da criação participativa, aberta, livre, acessível e interativa. São os novos adjuntos como redes de projeto, conectando tempos e culturas. Sendo o adjunto, a cooperação, uma das características mais fortes da mente local, da cultura local do habitar, facilmente esse modo fazer pode também ser o modo de projetar. Preserva conhecimento e preserva esse traço acreano da solidariedade.

As condições do planejamento local, no entanto, dão-se sobre um contexto de encontro entre mundos diversos, em que diversas são as formas de pensamento e de

compreensão da realidade. Ao mundo do perspectivismo ameríndio e do Brasil caboclo sobrepõe-se, hoje, a urbanização corporativa e o empreendedorismo urbano.

Impõe-se, para as cidades amazônicas e suas particularidades, uma reflexão não apenas acerca dos processos culminantes da urbanização local e regional mas, ainda antes, cabe perguntar: sendo as cidades para pessoas, quem são as suas gentes, de onde vieram, há quanto tempo estão aqui? Se as cidades - respostas formais e concretas às questões abstratas colocadas pelo urbano em cada tempo e lugar - são compreendidas como fixação e adensamento, como estudá-las num lugar onde imperam mobilidade e dispersão?

Assim, não apenas os estudos interdisciplinares sobre urbanização, a interlocução com outras disciplinas mas a própria ampliação do campo da Arquitetura e Urbanismo se faz necessária para dar conta das especificidades e complexidade locais, que deságuam na exigência de serem olhadas em seus próprios termos. O esforço de compreensão exige mergulhar em outros mares: para pensar nas pessoas habitantes (gente e espaço ocupado, vivido), a Antropologia combinada a uma Demografia mais microscópica e qualitativa constituem campos chave a considerar como partido – não apenas, bem entendido, mas em princípio esses, nos casos de urbanização recente.

A diversidade cultural demanda formas diferenciadas de espacialização, demandas essas negadas pela homogeneização do mundo ocidental na era da globalização, facilitada pelos novos sistemas de transporte, comunicação, tecnologias, sobre a frágil base econômica da financeirização. O impasse das grandes cidades tem nessa negação uma de suas raízes pois, como afirma Leite[4], "a homogeneização impede que sejam reveladas possibilidades".

Mas apesar da opacidade provocada pela radicalidade da indiferenciação onipresente observada nas paisagens urbanas contemporâneas – e ainda, no caso amazônico, até para além dos limites urbanos[5], a frase de Leite, acima, sugere que existem possibilidades, muito embora impedidas, contidas, barradas, reprimidas, subjugadas. Possibilidades latentes, não aparentes.

O processo de desconstrução então emerge com o início de uma limpeza nos *layers,* nas camadas compactadas em busca da transparência perdida, possibilitando enxergar de outra maneira, trazendo outra, ou outras óticas, outros pontos de vista, outra perspectiva. E ele começa, aqui, a partir de duas considerações.

Primeiramente, a Amazônia não é urbana, nos termos em que suas taxas de urbanização elevadas são apresentadas. A desagregação dos dados estatísticos mostra uma alta concentração demográfica nas capitais regionais que, entretanto, se equilibra entre urbano e rural, entre cidade e campo, ou cidade e floresta, mais propriamente, no caso da Amazônia Sul-Ocidental, especificamente no Acre, nos municípios do interior.

---

[4] In: *Meandros.* Palestra proferida por Maria Angela Faggin Pereira Leite no ciclo Laboratório Intervenções Urbanas/ ZL Vórtice. São Paulo, 24/04/2013. Disponível em: https://zlvortice.wordpress.com/meandros/ .

[5] Veja-se, por exemplo, o equívoco da construção de habitações em algumas aldeias indígenas do Acre pelo programa "Minha casa, minha vida" do governo federal, executada por empreiteiras licitadas no âmbito do programa e com tipologia idêntica àquelas das cidades. Muito mais coerente, como argumenta Terri Valle de Aquino, seria apenas destinar os recursos às aldeias, mantendo assim seus métodos locais de trabalho comunitário e sua própria arquitetura. (Aquino, 2016: comunicação pessoal).

Além disso, observa-se atualmente a operação de um outro padrão de ocupação que insere nessa bipolaridade urbano/rural um terceiro elemento perturbador: a multilocalidade.

Em segundo, a população dita urbana que habita as cidades, caso específico do Acre aqui, tem, em sua maioria, particularidades fruto da mestiçagem e heranças sócio-espaciais recentes que implicam numa visão de mundo muito mais próxima dos mundos indígena e extrativista que aquela do mundo ocidental reinante alhures. E, desagregando mais ainda, olhando em foco para a vila Irineu Serra, lugar de tradição ayahuasqueira, a cosmologia de sua gente tradicional encontra, em certos aspectos, quase uma paridade com a visão ameríndia.

Este é o lugar (e tempo) do "Brasil caboclo"[6], parte daquele imenso "resto" do território brasileiro que excede a "região concentrada"[7]. Um Brasil misturado e fervido, de caldo grosso dada a espessura antecedente, que emerge do encontro afro-luso-brasileiro com o mundo ameríndio, cujo sistema de conhecimento penetrou por entre a cultura seringueira e suas heranças posteriores. Lugar onde vigora um sistema próprio de pensamento e de ação sobre a realidade que sustenta as decisões entre o agir e não agir, muitas vezes baseadas menos no reconhecimento de condutas apoiadas por um aparato legal exógeno (por exemplo, as leis ambientais) que no conhecimento das autoridades naturais sobre os lugares e os seres (seus donos e protetores espirituais).

A incompreensão dessa forma de pensar e agir gera impasses nas relações entre comunidades e poder público e outros setores da sociedade urbana, de conseqüências muitas vezes conflituosas. Para entender o universo da Alta Amazônia é preciso suplantar os preconceitos radicados no cerne da sociedade branca e urbanizada, vinda de uma outra tradição.

As consequências da concepção local de mundo estão espalhadas por entre a população acreana como a umidade penetrante da floresta tropical e muitos de seus pressupostos acompanham boa parte da população que vive hoje em áreas urbanas, seja porque as pessoas migraram para a cidade ou porque a cidade cresceu até onde estavam as pessoas. Além das duas dezenas de etnias indígenas presentes no estado, partilham uma certa visão de mundo as populações tradicionais migrantes, em cuja mala de heranças vieram o catolicismo popular, as crenças afro-luso-nordestinas, os conhecimentos e práticas de rezadores, benzedeiras, parteiras, conhecedores de plantas, que foram misturados ao encantamento indígena; e ainda está também na grande parcela da população recentemente urbanizada fruto dessa mestiçagem.

Naturalmente que a população urbana é também composta por pessoas de outras procedências, como os imigrantes sírio-libaneses do início do século XX, ou a grande porção de "sulistas" aqui chegados a partir dos anos 1970, trazendo em sua bagagem os seus costumes outros e o seu "materialismo desencantado"[8]. Mesmo assim, ao demonstrar a

[6] Darcy Ribeiro (1995).

[7] Milton Santos e Maria Laura Silveira (2013).

[8] Expressão utilizada por Eduardo Viveiros de Castro. Disponível em: http://amazone.wikia.com/wiki/Introdução_ao_contexto_do_perspectivismo. Acesso em: janeiro, 2017.

inversão simétrica entre população rural e urbana num período de apenas trinta anos, a Demografia claramente expõe como se constitui a maior parcela da população urbana atual.

Assim, no caminho da transparência perdida é por onde se vai a buscar especificidades contrastantes da população local a partir de suas próprias cosmologias e epistemologias.

No contexto atual de multilocalidade, em que ninguém mais está isolado e quase todo mundo está no processo urbano – mesmo vivendo na floresta – é central a ideia de que os sistemas compartilhados de conhecimento podem gerar mais possibilidades de soluções criativas para os problemas regionais e urbanos do que um ou outro isoladamente[9]. Na verdade, o novo padrão multilocal, por intensificar os contatos, é que vem expor esse caminho mais claramente.

Essa diversidade socioespacial da Amazônia desafia a síntese e a formulação de modelos como quadros reais da vida local, cuja busca – que objetive equidade e autonomia, emancipação e libertação de vestígios colonialistas - passa pela compreensão do pensamento e da forma locais de se interpretar o mundo e agir sobre ele. Pensar e sentir do jeito local, inversamente à direção aparentemente dominante do pensamento hegemônico. O local adquire escala e dimensão, potencializadas pela diversidade.

Por aqui, o século XX revirou o mato, trouxe gente, matou gente, fez cidades, fez guerras. O século XXI iniciou-se com promessas de paz e coexistência. Sua primeira década conheceu avanços significativos quanto à pacificação nas questões de território, e isso é notório quando se observa a configuração atual do mapa de gestão territorial do Acre[10]. Entretanto, a guerra cultural não é facilmente vencida e ela é insidiosa, infiltradora e muito pesada em um dos lados da balança, etnocêntrico por excelência.

Mas a diferença teima em existir. O que o mapa demonstra é a resiliência local, o caminhar incontestável da cultura florestal que vem, com seu estilo silencioso, pouco a pouco recuperando territórios. Caminhar que lentamente a aproxima das cidades e da sociedade urbanizada, vencendo preconceitos e perseguições.

Na escola inovadora que difunde o saber Ashaninka por entre a sociedade não indígena, juntamente aos intensos trabalhos de agrofloresta, às pesquisas na mata, aos cursos oferecidos, palestras, encontros e outras atividades, estão as sessões de *Kamarãpi* (Ayahuasca) e as dietas rigorosas para o preparo de novas lideranças entre aqueles mais persistentes. Benki Piyãko explica o sentido buscado nesses movimentos de aproximação e integração:

> Hoje a gente tem um trabalho que representa o que o homem é capaz de fazer: assim como ele destrói, ele é capaz de recuperar aquilo que ele

[9] É o que se observa sendo feito com autonomia e sucesso pelo Centro Yorenka Ãtame (Centro Saberes da Floresta), um espaço contemporâneo representativo da interculturalidade e multilocalidade, escola criada pelo povo Ashaninka do rio Amônia em frente a pequena cidade de Marechal Thaumaturgo para, fundamentalmente, ensinar a população não indígena sobre conservação florestal.

[10] Cf. em: ACRE. Zonas de Gestão Territorial, 2010. In: Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre-Fase II, Mapas temáticos. Versão digital. Disponível em: http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/zee.html . Acesso em: agosto/2015.

> destruiu. E eu to muito feliz de poder ver todo esse trabalho feito junto com os jovens [...]. São jovens da cidade, e de muita confiança que eu tenho, pessoas que tenho muita segurança e muita convicção de que eles vão fazer o seguimento dessa história. Meu povo respeita, eles vão pra aldeia nossa, [...] tomam ayahuasca com nosso povo, cantam a língua, conhecem as histórias e assim eles vão ser, futuramente, mestres com conhecimento daquelas raízes do que a gente usa hoje.
> [...] E todo esse trabalho que nós fizemos, é o que fez hoje a história de Isaac ser prefeito de Marechal Thaumaturgo [Isaac Piyãko, eleito em 2016]. Porque só ele, com o preconceito que havia, não se ganharia uma prefeitura se não tivesse algo feito. (Piyãko, 2016a: 36min).

Assim, no lugar em que o Brasil caboclo construiu-se e é ainda dominante no sangue e na memória, pensar nas cidades para pessoas passa pelo reconhecimento da diversidade epistemológica trazida por suas populações. Essa é sua condição única, autóctone, endêmica, tesouro discretamente preservado atravessando lutas de vida e morte neste chão.

Não se trata de pensar em uma operação evolucionista para a superação dos impasses dados pela homogeneização e pelo contexto seletivo ao espaço urbano e sim de pensar a diferença nos seus próprios termos, de relativizar os espaços da cidade. A modernização implica em uma visão de progresso, evolucionista (do "primitivo" ao "civilizado") e portanto, para trabalhar com a diferença, adotar o que se poderia chamar de um relativismo urbano, é necessário pular essa etapa, romper com as estruturas pesadas e pouco eficientes que ancoram a sociedade num barco sem rumo, de destino inalcançável. Na era pós-industrial, a Alta Amazônia emerge como o *leapfrogging* brasileiro (brasileiro?), é o salão mais vasto de livros ainda quase todos desconhecidos pelo ocidente. Mas seus conhecedores e professores estão aqui, e não se escusam de ensinar.

DIÁLOGO INTERCULTURAL NO CAMINHO DE UM NOVO PADRÃO: A MULTILOCALIDADE

"Rio Purus, ora no Brasil, ora no Peru", relatava Ferreira da Silva (1929: 30/26) ao explicar o fenômeno dos rios divagantes que tanto dificultava a demarcação da fronteira. A instabilidade físico-geográfica da região, que faz com que tudo mude de lugar – os rios, as terras, as fronteiras - encontra correspondência sequencial nas características de mobilidade e dispersão da população local, que vieram a resultar no padrão de multilocalidade. Assim, essa característica, que é também do urbano na Amazônia, implica em pensar formalmente a cidade não tanto como adensamento e fixação, mas como uma rede, ou circuito, de lugares, de pequenas aglomerações, pontos de pausa e intercâmbio, alguns adensamentos específicos.

A cidade, então, assim aderente, não se estabelece como um mar de concreto, mas divaga navegando pelos furos da multilocalidade. Cidade nômade[11].

[11] No Acre, entre a Terra Indígena Yawanawá do rio Gregório e as cidades de Tarauacá, na direção da margem direita, e Cruzeiro do Sul, direção da margem esquerda, ergue-se a vila de São Vicente: ponto de intermodalidade rio-estrada-

Tal consideração promove o encontro que favorece um diálogo mais aproximativo com a grande mancha de áreas protegidas distribuída ao longo do território do Acre (mais de 49% do território em um mosaico contínuo, além das áreas descontínuas), e que pode ajudar as cidades locais, fruto de uma urbanização tardia mas nem por isso menos evidente, a encontrar seus papeis e sua forma.

Mas o diálogo contemporâneo precisaria ser multilinguístico para dar conta do contexto que se desenha na fronteira contemporânea Acre-Peru (Acre-Ucayali-Madre-de-Dios). Conforme publicação da CPI/Acre (2015: 4), nessa região, o corredor de áreas protegidas, entre os dois países, soma mais de 10 milhões de hectares habitados por uma população indígena de 60.000 pessoas aproximadamente, entre 27 povos diferentes e ainda os grupos de índios isolados, sem contato, cujas línguas não são totalmente identificadas, que vivem e transitam na região das cabeceiras dos vales do Purus, Juruá, Ucayali e Madre-de-Dios, desconhecendo as fronteiras traçadas nos mapas políticos.

As áreas com presença de índios isolados são identificadas em mapa (CPI/Acre, 2015: 8), como também o loteamento de todo o vale do Ucayali (CPI/Acre, 2015: 28) sobreposto inclusive à áreas naturais protegidas e de comunidades nativas, dividido entre empresas multinacionais de energia para exploração de petróleo, gás e minério. Indaga-se quais as respostas que as cidades estão preparando para tais situações. As mesmas cidades que nasceram da floresta, que cresceram no mato, têm uma vida urbana, no circuito inferior da economia – e uma breve análise demográfica dos últimos 30/40 anos o demonstra - vinculada à essa realidade de outro espaço mas de mesmas gentes.

Néstor García Canclini afirma que, na América Latina, “as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar”, argumentando que a modernização latino-americana deva ser concebida por outro olhar, mais transdisciplinar, dado o perfil específico de suas culturas híbridas (Canclini, 2011: 17-20). O Acre, e certamente toda a Amazônia, combina hibridismos culturais e temporalidades diversas, onde convivem a modernização seletiva, urbanização concentrada, altos índices de analfabetismo, dependência externa de recursos financeiros, lado a lado com a diversidade étnica, biológica, os saberes tradicionais, a organização social dos povos da floresta.

Um outro olhar nos aponta para que a busca por soluções dos dilemas locais contemporâneos adote uma visão mais ampla e includente, que assuma esse hibridismo. A solução mais criativa que já surgiu para a reforma agrária da Amazônia, por exemplo, veio justamente dos seringueiros habitantes das florestas do Acre: as Reservas Extrativistas.

As cidades amazônicas hoje, como Rio Branco ou Porto Velho, as capitais Sul-Ocidentais que olham para o Sul do país como referência de futuro, já negaram os seus rios e estão negando as florestas de seu entorno. Ao fazê-lo, estão também negando suas populações mais criativas e detentoras de conhecimento incalculável para decifrar muitas das soluções para a região.

aeroporto, local de desembarque de produtos agroflorestais vindos de um lado, de turistas vindos de todos os lados do mundo, de abastecimento, dormida, reuniões, comemorações. A vila de São Vicente não é um lugar balizador – ela é pausa e ponto da rede, mas não necessariamente um lugar balizador. Entretanto, cumpre importante papel integrador na transição de paisagens. Ela compõe a cidade nômade, navega na contiguidade das territorialidades estendidas.

Veja-se, por exemplo, o livro organizado pelo pesquisador e pajé do povo Huni Kuin, Agostinho Manduca Mateus Ika Muru (Ika Muru, 2014), no qual ele conta que reuniu, na sua aldeia Fundo do Segredo, no rio Jordão, juntamente com seu irmão que passara dez anos no Purus estudando com os pajés, 516 espécies de plantas medicinais. Há claramente um descompasso abissal entre o conhecimento existente e o que se consegue efetivamente organizar institucionalmente em termos de planejamento e inovação para se pensar o território comum.

É possível, contudo, afirmar que há casos pontuais operando uma difusão. Assim, esse contexto é observável nos lugares balizadores identificados a seguir: o Alto Santo e a vila Irineu Serra; o sítio da Comissão Pró-Índio do Acre e o Centro Yorenka Ãntame. Todos caracterizam-se como territórios de interculturalidade, formando redes locais e extra-locais, situados nas franjas das cidades, entre a cidade e a floresta, que não apenas representam mas promovem a diversidade cultural e epistemológica na Amazônia.

São lugares onde, cada qual a seu modo, a ciência da floresta está presente e colabora na investigação de novas respostas formais da cidade ao padrão urbano de multilocalidade.

LUGARES BALIZADORES: CONEXÕES DA DIVERSIDADE CULTURAL

Os lugares identificados com função balizadora, os pólos gravitacionais da rede multilocal, atendem ao que apontam alguns autores contra o avanço ininterrupto das periferias urbanas. A vila Irineu Serra constitui hoje um enclave em relação à cidade de Rio Branco, aquilo que Kenneth Frampton denomina de “fragmento arraigado”. O autor chama atenção para a necessidade da valorização do lugar como alternativa de resistência ao surgimento dos não lugares desenraizantes da cidade-território (Frampton, 2008: 515-519). Essa forma fragmentária é também tratada por autores com pesquisa na região, quando argumentam que, na Amazônia, a diversidade e dinamismo das estruturas socioespaciais desafiam a compreensão, a síntese e a formulação de modelos (Eloy e Lasmar, 2011: 92; Browder e Godfrey, 2006: 29, 33; Gonçalves, 2006).

Tais fragmentos, no entanto, adquirem tanto mais força quanto maior a habilidade criativa de suas populações no estabelecimento de vias de interação, num movimento de combate à inevitável entropia interna do isolamento, por meio de sua abertura e entendimento do meio que os cerca.

São essas as condições verificáveis em certos lugares em semelhantes condições de fronteira, que abrigam cotidianos moldados pelas atividades tanto de moradores como de frequentadores, resultantes de experiências já consolidadas de intercâmbio de práticas e conhecimentos entre populações tradicionais e gentes da cidade: uma mistura de procedências, etnias, raças e cosmovisões.

Capital de um estado com vinte etnias indígenas, Rio Branco, em termos de respostas do poder público, é como se não abrigasse tais populações: para os índios só há museus,

vitrines para turistas e as periferias empoeiradas da cidade. Sua presença, que é real, não está contemplada nem no Plano Diretor e nem na materialidade que dele decorre. Essa resposta é dada, de alguma forma e bem a contento, embora limitada a seus objetivos específicos, pelo sítio da CPI/Acre, na zona de transição. Como uma cidade da floresta que nasceu num sistema-mundo, a diversidade é a riqueza que a mesma poderia guardar para avançar no século XXI amparada na sustentabilidade, no equilíbrio da complexidade, no respeito e na convivência pacífica.

Alto Santo e vila Irineu Serra

O Alto Santo, lugar do Brasil caboclo por excelência, originou-se nas florestas do seringal Empresa, margem esquerda do rio Acre, nas proximidades da então insipiente cidade de Rio Branco, desenvolvido em torno do Daime, doutrina espiritualista local que uniu as tradições ayahuasqueiras indígenas da Alta Amazônia ao cristianismo oriundo do catolicismo popular do Nordeste brasileiro.

Após 100 anos de origem e 70 anos nesse lugar, a vida comunitária e a paisagem resultante de seu cotidiano enfrentam severas ameaças pelos movimentos de empreendedorismo urbano e da urbanização coorporativa, a despeito dos mecanismos instituídos para proteção do lugar como a Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra e os decretos de Patrimônio Histórico e Cultural do município de Rio Branco e do estado do Acre.

Figura 1: Alto Santo e Vila Irineu Serra – localização em relação à mancha urbana de Rio Branco (Norte)
Fonte: Elaboração própria sobre imagem de satélite Google Earth, 2017

A vida cotidiana, entretanto, fortemente ancorada à presença da floresta, espelha modos de vida invisibilizados pela aceleração urbanizadora. As práticas culturais estabelecem uma tipologia relacional entre as pessoas e o lugar, em que a varação é o elemento estruturador da territorialidade e explicita a fluidez das fronteiras móveis e difusas, questiona a noção estática de propriedade, reforça e preserva os usos coletivos do lugar[12].

[12] Cf. BRUGNARA, Gisela de Andrade, 2018: 169.

Neste mundo contemporâneo, o Alto Santo e sua vila, espaços interculturais já na origem, trazem em sua paisagem o rastro do encontro que soube unir mundos distantes igualmente no espaço e no tempo.

Sítio da Comissão Pró-Índio do Acre

O sítio da Comissão Pró-índio do Acre abriga essa organização não governamental criada em 1979 para assessorar as populações indígenas locais. Entre suas principais atividades atuais estão os cursos de formação diferenciada de professores indígenas e formação de agentes agro-florestais indígenas.

Freqüentado por pessoas de todas as 20 etnias do Acre e por pessoas oriundas de diversos centros urbanos do Brasil e do mundo, o "sítio da CPI" – como é conhecido - localiza-se em área de transição rural-urbana de Rio Branco, recentemente declarada como de zona de expansão urbana, bastante degradada por pastagens mas ainda com alguns remanescentes florestais.

Quem entra no sítio sabe imediatamente onde está, pois a paisagem revela a coerência entre sua materialidade e as relações de vida animada que acontecem no local. O propagar do canto do macaco capelão ajuda a dimensionar o lugar.

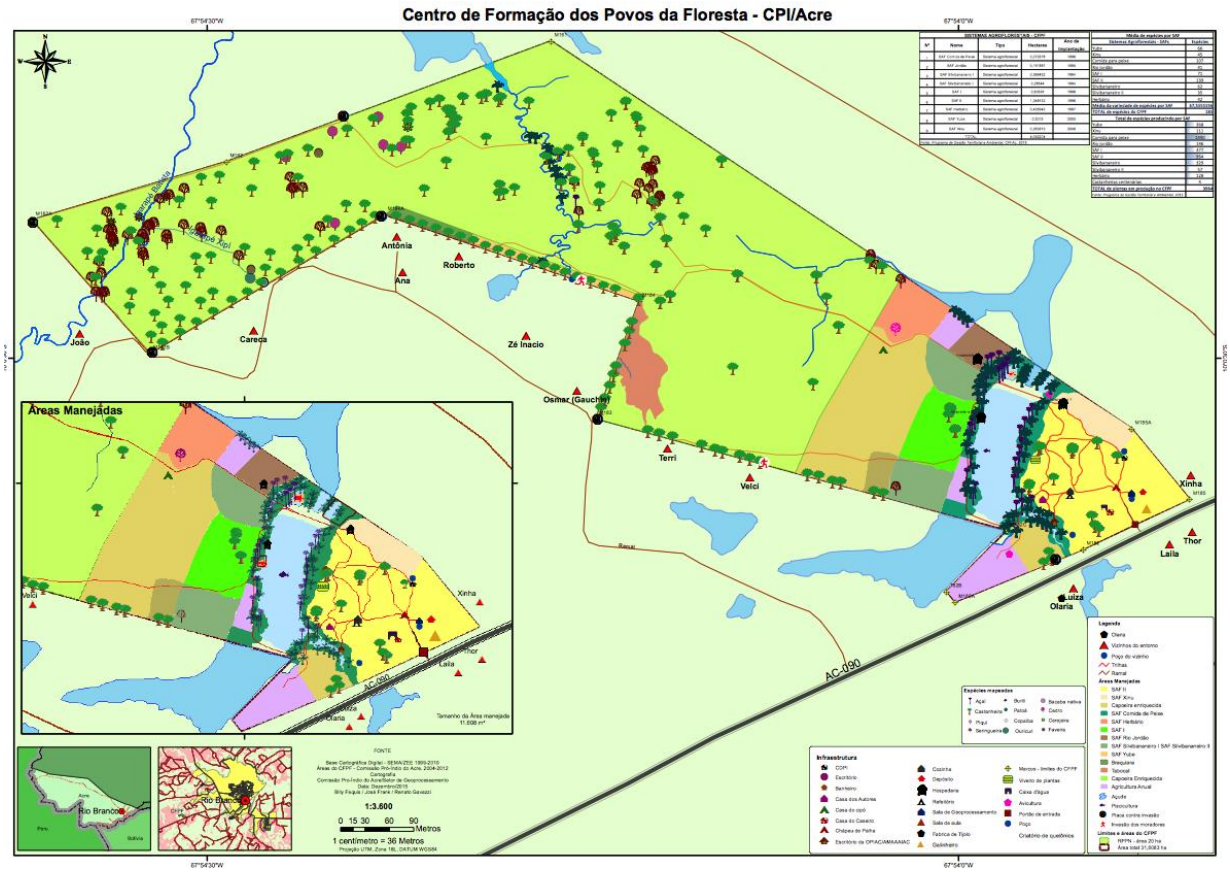

Figura 2: Sítio da CPI/Acre: Mapa de Gestão Territorial
Fonte: CPI/Acre, Laboratório de Geoprocessamento. Reprodução autorizada por Gavazzi (2017)

O mapa acima (Figura 2), em constante atualização, utilizado sistematicamente como ferramenta de conhecimento e gestão do território local, ilustra o micro-cosmo do sítio: áreas de cultivo de sistemas agro-florestais (SAFs); lagos para criação de peixes, tracajás, patos; galinheiro; jardins de espécies nativas equipados com objetos de arte e artesanato confeccionados no local; arquitetura própria; edificações de serviço, reuniões, encontros e aulas (o Centro de Formação dos Povos da Floresta, que engloba edifícios e áreas livres); laboratório de pesquisa (Centro de Pesquisa e Documentação Indígena); a Casa do Cipó; casas de hospedagem; casas-sede das organizações dos professores indígenas e dos agentes agro-florestais indígenas.

Conforme explica o geógrafo Renato Gavazzi (2017), desde 1994 vêm sendo reflorestados os 42 hectares correspondentes à área do sítio, antes uma área de pastagem, na perspectiva de transformá-lo em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e ampliá-lo, por meio da aquisição de terras do entorno.

Centro Yorenka Ãtame

O Centro Yorenka Ãtame (Centro Saberes da Floresta) é uma escola criada pelo povo Ashaninka do rio Amônia, em uma outrora área desmatada de 100 hectares de pasto, fora de sua Terra Indígena, exatamente em frente à cidade de Marechal Taumaturgo, junto ao rio Juruá.

O centro faz uso do conhecimento Ashaninka para ensinar aos não índios sobre conservação florestal, sistemas de agro-floresta, plantas medicinais e conhecimento xamânico. Seu estabelecimento no ano de 2007 deu-se como um seguimento às conquistas desse povo dentro de sua Terra Indígena, de recuperação ambiental e cultural, e que hoje se expandem no trabalho principalmente com a juventude urbana e outras populações extrativistas do entorno, conforme explica Benki Piyãko (2016a).

Os objetivos políticos que encerra constam da página de sua organização, a Apiwtxa: "o espaço aproxima indígenas e não indígenas, promovendo a retomada da Aliança dos Povos da Floresta e incentivando a aproximação e união entre os diversos grupos da sociedade, em prol da proteção e valorização da biodiversidade"[13].

Os Ashaninka vêm expandindo suas ações cada vez mais para junto das populações urbanas e essa orientação é aquela de maior potencial transformador, porque atua com o diferente inusitado, aquela parcela da população mais facilmente exposta aos fetiches da ordem universal.

Nesse sentido, a escolha do local para sua implantação foi estratégica. Agora, a partir da pequena cidade, visto através da outra margem do histórico rio Juruá, grande via de penetração dos antigos seringais, o Centro Yorenka Ãtame atualiza a paisagem, recupera-a e repõe, pelo diálogo e não pela guerra, os pés de sua gente pisando firme em solo seu.

[13] Disponível em: http://www.apiwtxa.org.br/centro-yorenka-atame/ . Acesso em: agosto, 2017.

Figura 3: Centro Yorenka Ãtame: implantação
Fonte: Elaboração própria sobre imagem de satélite Google Earth, 2017

Casos assim evidenciam o discreto expansionismo cultural que lentamente vem se interpondo ao fluxo aparentemente dominante de movimentos hegemônicos. Evidenciam o propagar de pactuações e o modo como opera a inteligência social local, construída a partir da base da organização comunitária que vincula alianças e diálogo, o que demonstra como dificilmente alguma alternativa se desenha que não pelo exercício ético da política.

Exemplos iniciais do que seria uma cartografia da varação[14], rede de lugares compondo um novo espaço de fluxos, tais lugares ilustram o que seria o relativismo urbano: um critério metodológico que possibilita a inserção da diferença, fazendo com que as respostas da cidade sejam outras, que uma outra materialidade se desenhe na composição da paisagem. E como significado último, representa um modelo decolonial para as cidades da Amazônia, as cidades mega-diversas da floresta onde as presenças não são esquecidas e nem diluídas no mar da homogeneidade.

Esse o valor que ascende aos lugares balizadores: eles limitam a unidirecionalidade na circulação dos fatores de produção da cidade contemporânea: os mercados externos, a economia financeira, as vantagens locacionais para exploração de recursos naturais do entorno ou de infraestrutura construída, o conhecimento externo em tecnologias para reprodução do modelo hegemônico, a gentrificação. Por seu lado, produzem: conhecimento intensivo em saber tradicional, valorização do lugar e fixação, mesmo movente, de suas próprias gentes.

Todos esses lugares animados espelham e praticam a convivência, a diversidade epistemológica e a interculturalidade, na perspectiva da construção de novos mundos possíveis, hoje apoiada pela ampliação de sua rede de alianças com o suporte estrutural de

[14] *Varação* - como um *furo* entre igarapés - é o atalho entre *varadouros*, rede de caminhos capilarizada pelo interior da mata e intensamente utilizada pelas populações de floresta.

um novo sistema técnico, advindo com a comunicação via satélite da rede mundial de computadores.

EXPANSÃO: TERRITÓRIOS INTERCULTURAIS E A GRANDE MALOCA DAS REDES LEGAIS

O que o sucesso de tais experiências demonstra é que o isolamento já provou sua ineficiência para lidar com situações resultantes de encontros entre culturas tão diversas. Nem os índios estão somente na distância das aldeias, ou os seringueiros no fundo das reservas extrativistas e nem só a população urbanizada concentra-se apenas no espaço da cidade.

Para uma noção de "desenvolvimento urbano" que eleve-se ao valor do princípio da igualdade – o que implica, na Amazônia, a compreensão de que a igualdade se estende para toda a humanidade manifesta em sua multinaturalidade - não há horizonte possível de solução no tratamento isolado das questões que se colocam. Essa, sabidamente, é a ideia por trás da noção socioambiental que orientou o movimento vitorioso liderado por tantos juntamente a Chico Mendes.

Na conjuntura de encontros entre mundos diversos, um novo contexto se forma dando início a uma outra etapa histórica e é nessas condições que o isolamento lega uma permanência, provavelmente letal, "à margem da história". Para as populações que compartilham o controle dessas porções diferenciadas do território, o que a recente história local demonstra é que a consolidação de seus projetos de futuro depende da construção de redes de alianças, não apenas locais mas mundiais. É o que nos ensinam as populações tradicionais do Acre que, nos últimos trinta anos, pintaram de verde a metade do mapa de gestão territorial do estado. Sempre seguindo, agora são os herdeiros dessa mesma população, com sua vida multilocal, que começam a colorir o mapa da cidade.

Um rápido olhar na imagem de satélite que sobrevoa Rio Branco demonstra que os lugares aqui identificados são, também, "satélites", como que orbitam em torno da grande massa homogênea da cidade que se espalha. Mas um olhar mais demorado a partir do chão pode enxergar o outro lado: a força qualitativa dessas pequenas porções de território, naquilo que estão produzindo não somente em termos de conhecimento para gestão territorial mas também como significado de identidade, pertencimento e visão de futuro.

Assim, o que se nos aponta é que os lugares balizadores seriam fragmentações adensadas do subespaço de horizontalidades em que se constitui o território do Acre. Identifica-se neles a descrição de Santos (2017: 110) para tais fragmentações: "alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades". São, na verdade, contra-racionalidades inseridas pela diversidade cultural amparada pela organização social.

Nesse momento, começa-se a ver outros tantos micro-lugares nessa condição, em maior ou menor grau de consolidação. Isolados não terão muito sucesso nessa contra-posição

à transformação total dos modos de vida que abrigam, permanecerão marginais. Mas é possível mapeá-los para compor uma rede de lugares que interpõem algum tipo de resistência, seja pela diversidade cultural, paisagística, estética, epistemológica, política, enfim. Sua semelhança se dá por essa característica, não constituindo uma rede guetizada, tribalizada, e sim uma rede plural, intercultural e criativa.

O Acre todo é um subespaço de horizontalidades permeado por contra-racionalidades, tal como definidas por Milton Santos:

> Formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantém nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades (Santos, 2017: 110).

O Mapa da Situação Fundiária do Acre em 2006[15] demonstra que mais de 50% do território acreano é de uso coletivo: propriedade estatal, seja da União ou do Estado do Acre, com direitos de uso reservados às populações indígenas e agro-extrativistas. Berço do socioambientalismo, foi a luta de suas populações tradicionais que resultou nesse desenho. Muito embora o ensaio de instalação de verticalidades, estas encontraram heranças que ofereceram resistência à transformação do território em um mero espaço de fluxos, comandado externamente e à distância[16].

Como um seguimento, tal como a Aliança dos Povos da Floresta que conquistou esse mapa, agora na escala de influência das cidades a rede de lugares balizadores, com suas alianças locais, nacionais e mundiais, pode se ampliar e expandir como uma grande maloca que a todos abriga, dela fazendo parte, por um lado, as grandes manchas dos lugares pioneiros na floresta; ao centro, os atuais lugares intermediários da transição urbana e, por outro lado, os lugares futuros da rede multilocal.

Nesse caminhar, a Alta Amazônia discretamente se impõe como a consolidação de uma outra tipologia de espaço de fluxos. E sendo o espaço uma instância da sociedade, isso permite afirmar que caminha-se, nesse novo contexto, na direção de uma aceleração sociocultural evolutiva[17], apoiada por uma revolução da técnica que a torna possível.

---

[15] Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, Fase II, Mapa de Situação Fundiária, 2006 (Publicado em 2009). As diferentes porções do território estavam assim configuradas quanto à situação fundiária: 31% - Unidades de Conservação; 15% - Terras Indígenas; 10% - Projetos de Assentamento; 19% - Imóveis rurais sob domínio de particulares; 14% - Áreas discriminadas; 9% - Áreas sem estudos discriminatórios; 2% - Áreas arrecadadas. Até então, eram 30 Terras Indígenas, 19 Unidades de Conservação e 126 Projetos de Assentamento nas suas diversas modalidades.

[16] Santos e Silveira (2013: 274) alegam que a modernidade e a urbanização penetraram na Amazônia facilitadas pela inexistência do "obstáculo das heranças", afirmação esta que, como se vê, não pode ser generalizada para a macro-região como um todo, considerando sua pluralidade e complexidade. Na verdade, o que tal afirmação deixa de revelar, apoiando-se apenas no contexto resultante, é toda a história de morte, espoliação territorial e crime ambiental que varreu de algumas regiões da Amazônia todo o seu passado.

[17] Darcy Ribeiro utiliza o conceito de "aceleração evolutiva" para indicar alguns contextos da dinâmica social no quadro da "evolução sociocultural", dentre os quais, destaca-se aqui: "os processos de reconstituição étnica através dos quais sociedades, antes avassaladas por processos de atualização, reconstroem seu próprio *ethos* para conquistar sua independência política e retomar a autonomia perdida". Ele ainda acrescenta, considerando porém em grau menor, "os esforços intencionais de indução do progresso socioeconômico através da ação de lideranças renovadoras ou de programas governamentais de desenvolvimento planejado, sempre que se orientam para a acentuação da autonomia econômica e política" (Ribeiro, 2000: 28-29).

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre - Fase II.* Rio Branco: SEMA/IMAC, 2006a. Disponível em: http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/zee.html . Acesso em: agosto/2015.

_____. Zonas de Gestão Territorial, 2010. In: *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre-Fase II, Mapas temáticos.* Versão digital. Disponível em: http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/zee.html . Acesso em: agosto/2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (org). *Terra das línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas. São Gabriel da Cachoeira/ Amazonas.* Manaus: PPGSCA-UFAM/FUND. FORD, 2007.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Outros mapas. (conferência de encerramento) In: *Seminário Outros Mapas: Cartografia e Pesquisa Social*. Fundação Joaquim Nabuco, outubro de 2012, Recife: 2012. Mimeo.

_____. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. In: *Dossiê Amazônia: sociedade e natureza.* Mediações, Londrina, v.17, n.1, p. 121-152, jan./jun. 2012 [2012a].

AQUINO, Txai Terri Valle de... [*et al*]. *Papo de índio.* Manaus: UEA Edições, 2012.

AQUINO, Terri Valle de e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Povos e Terras Indígenas no Acre. In: ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre - Fase II.* Rio Branco: 2006. Versão completa, não publicada.

AQUINO, Terri Valle de e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Kaxinawá do rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado.* Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 1994.

BARTHES, Roland. *A morte do autor.* 1968. Disponível em: http://ufba2011.com/A_morte_do_autor_barthes.pdf . Acesso em: 04/04/2014.

BRASIL. Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Assentamento. *Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes.* Rio Branco: 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.* Brasília: IBAMA, 1995.

BROWDER, John O. e GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. 384p.

BRUGNARA, Gisela de Andrade. *A cultura vem a pé: práticas espaciais na Alta Amazônia.* Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018.

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética.* São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CASTRO, Edna (org). *Cidades na floresta.* São Paulo: Annablume, 2008.

CPI/Acre. Comissão Pró-Índio do Acre. Boletim Informativo. *Dinâmicas trans-fronteiriças Brasil-Peru.* Ano III, 3a. edição, janeiro-2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa (orgs.). *Enciclopédia da Floresta. O Alto-Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São* Paulo: Companhia das Letras, 2002. 735p. il.

ELOY, Ludivine; LASMAR, Cristiane. *Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo dos recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil).* In: Acta Amazônica, vol. 41(1), 2011: 91-102.

ELOY, Ludivine; LE TOURNEAU, François-Michel e THÉRY, Hervé. "Une ville dans la forêt: São Gabriel da Cachoeira, capitale isolée du haut Rio Negro". In: *Cybergeo: Revue européenne de géographie,* N. 304, 24 mars, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. Perspectivas para um regionalismo crítico (1983). In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura – antologia teórica (1965-1995).* São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp. 504-520.

GAVAZZI, Renato. *Conversa gravada*. Rio Branco, 2017. Arquivo mp3 (1h 28min 25s).

GAVAZZI, Renato Antônio. *Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos agentes agroflorestais indígenas do Acre.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. (org.) *Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia: o mundo visto de cima.* Rio Branco: APIWTXA, AMAAIAC, CPI/AC, 2012b.

_____. *Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu.* Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2007.

GAVAZZI, Renato Antônio e RAMALHO Ana Luíza Melgaço (orgs.). *Ikuãki mãe Huni Ku˜i yuraya namaki in˜u, yuraya mai kiri in˜u, mãe betsa hene taraya nama kiarã = Plano de gestão territorial e ambiental das três terras indígenas Kaxinawá do Rio Jordão.* Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias.* São Paulo: Contexto, 2001.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá.* Brasília: Paralelo 15, 2010.

IKA MURU, Agostinho Manduca Mateus; DUA BUSE, Manuel Vandique; Povo Huni Kuin do Rio Jordão. *Una Isi Kayawa: Livro da cura do povo Huni Kuin do rio Jordão.* Rio de Janeiro: CNCFlora / JBRJ; Dantes Ed., 2014.

KOPENAWA, Davi e Albert, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LA CECLA, Franco*. Perdersi: l'uomo senza ambiente.* Roma-Bari: Laterza, 1995.

MINDLIN, Betty *et al. Couro dos Espíritos: namoro, pajés e cura entre os índios Gavião-Ikolen de Rondônia.* São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001. 251p.

NAKANO, Kazuo. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão de territorialidades imbricadas. In: CASTRO, Edna (org). *Cidades na floresta.* São Paulo: Annablume, 2008, pp. 237-279.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. *Os Milton: cem anos de história nos seringais.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004. 390p. il.

OLIVEIRA, José Aldemir de. (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: espacialidades, ambiente e saúde.* V. 4. Manuas: EDUA, 2016.

PIYÃKO, Benki. Conversas gravadas. Rio Branco, 2016a e 2016b. Arquivos mp3 (1h 26min 39s) e (1h 11min 26s).

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório.* São Paulo, Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

_____. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476p.

RIO BRANCO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA). *Plano de Gestão da APA Raimundo Irineu Serra.* Rio Branco: SEMEIA, 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* (27ª ed.) Rio de Janeiro: Record, 2017.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.* (4ª ed., 2ª reimpr.) São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XIX.* (17ª.ed.) Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHWADE, Mauricio Adu. Relações cidade e campo na Amazônia: as trocas materiais e imateriais. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: espacialidades, ambiente e saúde.* V. 4. Manuas: EDUA, 2016, p. 93-120.

SILVA, Antônio Alves Ferreira da. Relatório da Comissão de Limites do Brasil com o Peru. 1928. In: BRASIL, Ministério da Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, anno de 1928.* 4º. Volume, Annexo Especial N. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

SILVA, Manuel Nunes da. (Manuel do Guajará). *Conversa gravada*. Rio Branco, 2015. Arquivo mp3 (1h 33min 52s).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Introdução ao contexto do perspectivismo.* Disponível em: http://amazone.wikia.com/wiki/Introdução_ao_contexto_do_perspectivismo . Acesso em: janeiro/2017.